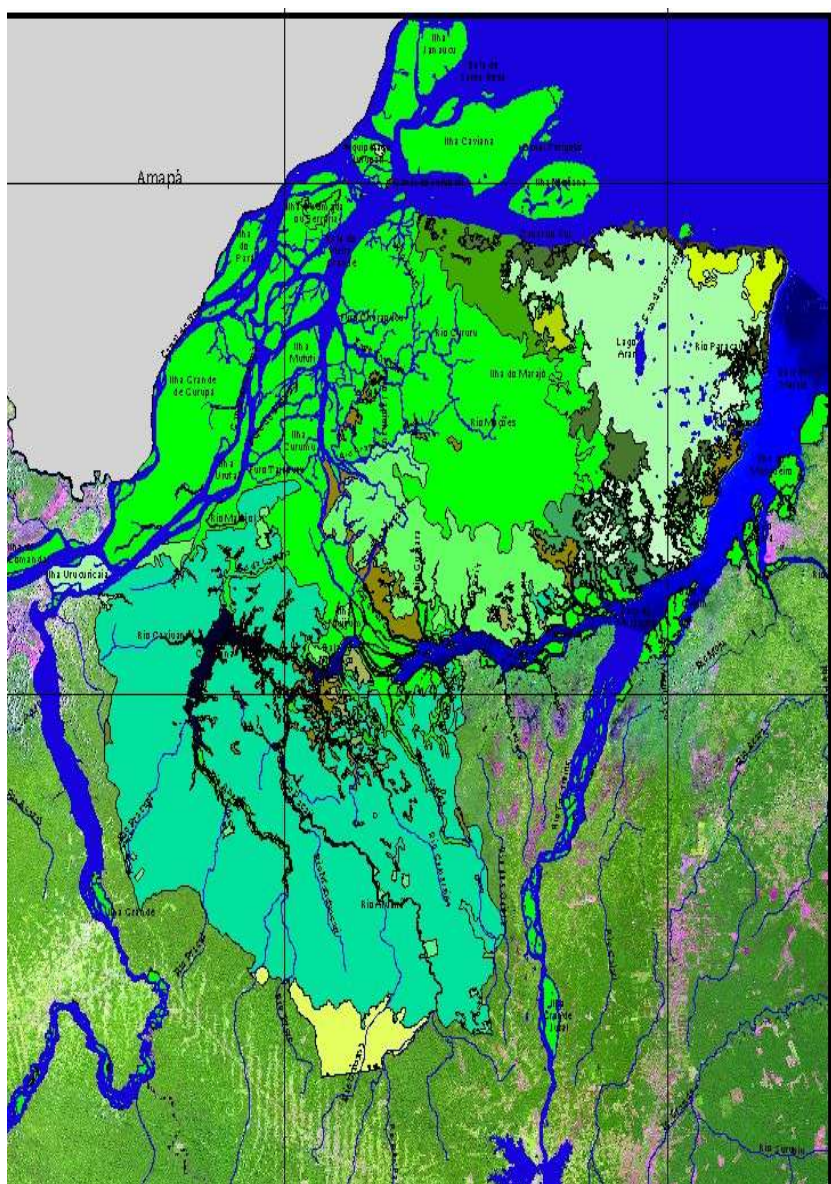


**GOVERNO FEDERAL**  
**GRUPO EXECUTIVO INTERMINISTERIAL**

Decreto de 26 de julho de 2006

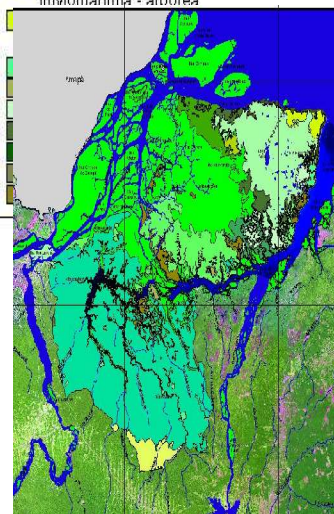
**PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**  
**SUSTENTÁVEL PARA O ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ**  
(RESUMO EXECUTIVO DA VERSÃO PRELIMINAR PARA DISCUSSÃO NAS  
CONSULTAS PÚBLICAS)



MESO REGIÃO MARAJÓ

Vegetação da Meso Região Marajó

- Rios e lagos
- Campinarana Arborizada sem palmeiras
- Campinarana Gramíneo - lenhosa sem palmeiras
- Culturas Cíclicas
- Floresta Ombrófila Densa Aluvial
- Floresta Ombrófila Densa Aluvial Dossel emergente
- Floresta Ombrófila Densa Aluvial Dossel uniforme
- Floresta Ombrófila Densa Submontana
- Floresta Ombrófila Densa Terras Baixas
- Floresta Ombrófila Densa Terras Baixas Dossel emergente
- Formações Pioneiras com influência fluvial e /ou lacustre - arbustiva com palmeiras
- Formações Pioneiras com influência fluvial e /ou lacustre - herbácea sem palmeiras
- Formações Pioneiras com influência fluviomarinha - arbórea



MESO REGIÃO MARAJÓ

- Vegetação da Meso Região Marajó
- Rios e lagos
  - Campinarana Arborizada sem palmeiras
  - Campinarana Gramíneo - lenhosa sem palmeiras
  - Culturas Cíclicas
  - Floresta Ombrófila Densa Aluvial
  - Floresta Ombrófila Densa Aluvial Dossel emergente
  - Floresta Ombrófila Densa Aluvial Dossel uniforme
  - Floresta Ombrófila Densa Submontana
  - Floresta Ombrófila Densa Terras Baixas
  - Floresta Ombrófila Densa Terras Baixas Dossel emergente
  - Formações Pioneiras com influência fluvial e /ou lacustre - arbustiva com palmeiras
  - Formações Pioneiras com influência fluvial e /ou lacustre - herbácea sem palmeiras
  - Formações Pioneiras com influência fluviomarinha - arbórea
- 0 50 100 km

Este documento constitui o resumo da versão preliminar do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó. Ele veio atender a uma demanda da sociedade local, expressa na manifestação de alguns de seus representantes, de que o Governo Federal, juntamente com o Governo do Estado do Pará e as prefeituras da região, deveriam articular agenda de ações imediatas voltadas, especialmente, ao combate à malária, à regularização fundiária e à implementação de obras de infra-estrutura.

O Plano de Marajó faz parte de um novo modelo de desenvolvimento que vem sendo construído na Amazônia Brasileira, materializado no Plano Amazônia Sustentável (PAS). Este novo modelo tem como alicerce o ordenamento territorial e fundiário e como pilares, os investimentos em infra-estrutura e em tecnologia, condições básicas para a viabilização de atividades dinâmicas e inovadoras, que possibilitem a geração de empregos e a melhoria da qualidade de vida das pessoas, mas compatibilizando-o com o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação do meio-ambiente em que vivemos.

## **1 – A ÁREA DO PLANO**

Descoberta pelo espanhol Vicente Pizón e batizada como Ilha Grande de Joanes, a ilha recebeu em 1754 o nome de Marajó, que em tupi significa “barreira do mar”. O Arquipélago, formado por um conjunto de ilhas que constitui a maior ilha fluvial do mundo, com 49.606 Km<sup>2</sup>, está integralmente situado no Estado do Pará e constitui-se numa das mais ricas regiões do País em termos de recursos hídricos e biológicos.

Apresenta superfície baixa e relativamente plana, onde encontra-se os tesos (porções de terras altas que normalmente não são inundadas pelas cheias), as baixas, as várzeas e os igapós que quebram a extrema horizontalidade do terreno. As matas propriamente ditas são formadas por árvores imensas e produtivas, entrelaçadas umas às outras por imensos cipós e parasitas que as cobrem e tornam mais espessa a floresta. O Rio Amazonas banha a maior parte da ilha e, a sudoeste, a água barrenta dos seus braços confere um aspecto peculiar ao solo de suas margens: a exuberante mata de igapó, cortada por inúmeros igarapés, paranás e furos, é o cenário mágico da fauna regional. A leste, o Marajó é constituído de vastos campos mistos onde predominam gramíneas e leguminosas.

A área do Plano compreende os 16 municípios que compõem, segundo o IBGE, a mesorregião geográfica do Marajó, que além do arquipélago, abrange alguns municípios do entorno, e que soma 104.140 Km<sup>2</sup>. A população total dos municípios que compõem a área do Plano somava, de acordo com estimativa do IBGE para 2005, 418.160 habitantes, o equivalente a 6,15% da população paraense. A população marajoara tem crescido no mesmo ritmo do Estado do Pará (2,05% ao ano), pois mesmo sendo uma região de significativa emigração, o crescimento se mantém vigoroso em função das elevadas taxas de fertilidade e de natalidade.

A densidade demográfica é bastante reduzida, de cerca de 4 habitantes/Km<sup>2</sup>. Da mesma forma, condizente com uma estrutura econômica essencialmente primária, a taxa de urbanização é muito baixa, de apenas 38,8% em 2000, ou menos da metade da média nacional, ou seja, cerca de 61% da população local reside nas áreas rurais.

A Tabela abaixo apresenta a área e a população por município:

TABELA 1 - INDICADORES DEMOGRÁFICOS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS – 1991 A 2005

| MRG/MUNICÍPIOS             | ÁREA<br>(Km2)  | POPULA<br>ÇÃO<br>1991 | POPULA<br>ÇÃO<br>2000 | POPUL.<br>URBANA<br>2000 | POPUL.<br>RURAL<br>2000 | DENS.<br>DEM.<br>2000 | TAXA<br>CRESC.<br>ANUAL<br>1991/00 | TAXA<br>URB.<br>(%) | POPULA<br>ÇÃO<br>2005 |
|----------------------------|----------------|-----------------------|-----------------------|--------------------------|-------------------------|-----------------------|------------------------------------|---------------------|-----------------------|
| <b>ÁREA DO PLANO</b>       | <b>104.140</b> | <b>317.112</b>        | <b>380.555</b>        | <b>147.394</b>           | <b>232.158</b>          | <b>3,65</b>           | <b>2,05</b>                        | <b>38,8</b>         | <b>418.160</b>        |
| <b>MRG ARARI</b>           | <b>28.950</b>  | <b>103.743</b>        | <b>118.977</b>        | <b>51.502</b>            | <b>66.396</b>           | <b>4,11</b>           | <b>1,53</b>                        | <b>43,3</b>         | <b>126.376</b>        |
| Cachoeira do Arari         | 3.102          | 13.241                | 16.700                | 5.832                    | 9.951                   | 5,38                  | 2,61                               | 37,0                | 17.372                |
| Chaves                     | 13.085         | 17.491                | 17.350                | 1.229                    | 16.343                  | 1,33                  | -0,09                              | 7,0                 | 17.319                |
| Muaná                      | 3.766          | 22.367                | 25.536                | 7.637                    | 17.891                  | 6,78                  | 1,48                               | 29,9                | 27.409                |
| Ponta de Pedras            | 3.365          | 16.500                | 18.694                | 8.631                    | 10.065                  | 5,56                  | 1,40                               | 45,7                | 20.069                |
| Salvaterra                 | 1.044          | 11.889                | 15.118                | 8.631                    | 6.467                   | 14,48                 | 2,71                               | 57,2                | 17.141                |
| S. Cruz Do Arari           | 1.075          | 4.774                 | 5.621                 | 2.240                    | 3.024                   | 5,23                  | 1,83                               | 42,6                | 5.556                 |
| Soure                      | 3.513          | 17.481                | 19.958                | 17.302                   | 2.655                   | 5,68                  | 1,48                               | 86,7                | 21.510                |
| <b>MRG FUROS DE BREVES</b> | <b>30.094</b>  | <b>136.566</b>        | <b>165.665</b>        | <b>64.421</b>            | <b>101.453</b>          | <b>5,50</b>           | <b>2,17</b>                        | <b>38,9</b>         | <b>183.898</b>        |
| Afuá                       | 8.373          | 20.008                | 29.505                | 6.783                    | 22.727                  | 3,52                  | 4,41                               | 11,4                | 35.455                |
| Anajás                     | 6.922          | 14.288                | 18.322                | 4.607                    | 13.711                  | 2,65                  | 2,80                               | 25,2                | 20.852                |
| Breves                     | 9.550          | 72.140                | 80.158                | 40.538                   | 39.901                  | 8,39                  | 1,18                               | 50,4                | 85.181                |
| Curralinho                 | 3.617          | 15.204                | 20.016                | 5.313                    | 14.634                  | 5,53                  | 3,10                               | 26,6                | 23.031                |
| S.Sebatião B. Vista        | 1.632          | 14.926                | 17.664                | 7.180                    | 10.480                  | 10,82                 | 1,89                               | 40,7                | 19.379                |
| <b>MRG PORTEL</b>          | <b>45.096</b>  | <b>76.803</b>         | <b>95.913</b>         | <b>31.471</b>            | <b>64.309</b>           | <b>2,13</b>           | <b>2,50</b>                        | <b>32,9</b>         | <b>107.886</b>        |
| Bagre                      | 4.397          | 13.844                | 13.708                | 4.380                    | 9.293                   | 3,12                  | -0,11                              | 32,0                | 13.623                |
| Gurupá                     | 8.540          | 18.969                | 23.098                | 6.585                    | 16.499                  | 2,70                  | 2,21                               | 28,5                | 25.685                |
| Melgaço                    | 6.774          | 14.538                | 21.064                | 3.177                    | 17.874                  | 3,11                  | 4,21                               | 15,1                | 25.153                |
| Portel                     | 25.385         | 29.452                | 38.043                | 17.329                   | 20.643                  | 1,50                  | 2,88                               | 45,6                | 43.425                |

Fonte: IBGE

## 2 – UTILIZAÇÃO DAS TERRAS E SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

Do total de 10,41 milhões de hectares da área do Plano, 2,69 milhões (25,8%) constituem área dos estabelecimentos agropecuários, sendo 7,72 milhões de hectares (74,2%) constituídos de terras devolutas, arrecadadas (INCRA e ITERPA), ou Unidades de Conservação.

Analisando-se a utilização das terras nos estabelecimentos agropecuários, observa-se que apenas 3,0% são destinadas às lavouras (81,7 mil hectares). Na MRG de Arari, contudo, as áreas de pastagens, essencialmente naturais, ocupam quase 60% da área dos estabelecimentos.

As matas naturais respondem por 60% da área ocupada pelos estabelecimentos em toda a área do Plano, sendo este percentual de 80% nas MRG de Portel e Furos de Breves.

A estrutura fundiária na região caracteriza-se por ser fortemente concentrada. Os estabelecimentos de até 4 módulos fiscais (79%) ocupam menos de 10% da área total cadastrada, enquanto os acima de 15 módulos fiscais (11%) respondem por 80% da área.

A área correspondente aos assentamentos de reforma agrária existentes no Arquipélago do Marajó não chegam a 0,1% do total da área. Este fator revela uma deficiência na política agrária de maneira tal que existe

uma demanda significativa de famílias a serem assentadas em todos os municípios. A grande maioria das áreas não protegidas, situadas neste território, são terras devolutas em poder da União ou de latifúndios.

### **3 – O CONTEXTO ECONÔMICO**

A estrutura econômica de todos os 16 municípios que compõem a área do Plano é essencialmente primária, baseando-se no extrativismo vegetal, na pesca, na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência. O PIB de toda a região em 2003, da ordem de 853 milhões de reais, correspondia a apenas 2,9% do PIB total do Pará. O PIB per capita, de apenas 2.119 reais, equivalia a 48% do PIB per capita paraense e a tão somente 24% do PIB per capita médio do País.

A atividade pecuária tem uma maior expressão na economia local, muito embora venha apresentando uma forte tendência de encolhimento nos últimos anos. Em 1990, o efetivo bovino somava pouco mais de 600 mil cabeças na área do Plano, equivalente a 10% do rebanho do estado do Pará. Em 2004, enquanto o efetivo paraense quase triplicou, o rebanho bovino da região foi reduzido a metade (330 mil), passando a representar menos de 2% do total estadual.

O mesmo processo de encolhimento se deu com o rebanho bubalino, de grande tradição na região. De 540 mil cabeças em 1990 (80% do total estadual), caiu para pouco mais de 290 mil (pouco mais de 60%) em 2004. A razão principal da decadência da pecuária na região é o grande atraso técnico da atividade. As fazendas de gado do Marajó, em sua grande maioria, necessitam de modernização tecnológica, gerencial etc. Associado a este fator, está a inexistência de locais de abate na região, fazendo com que o escoamento da produção se dê na forma do gado em pé, reduzindo sobremaneira a competitividade do produto local em relação à outras regiões produtoras do Estado do Pará.

Dentre as atividades econômicas regionais, as extrativistas são as que apresentam maior importância, principalmente o açaí e o palmito, pois são elas que garantem o emprego e renda para a maior parte da população. Têm como uma característica fundamental a sazonalidade, isto é, dependem da estação do ano em que se tornam economicamente viáveis.

A exploração madeireira ocorre há muito tempo no arquipélago do Marajó. Geralmente as áreas onde se encontra uma maior quantidade de espécies valiosas para o mercado estão muito distantes das margens dos rios, o que dificulta sobremaneira o seu acesso e o transporte das toras. A fim de minimizar estes problemas, os ribeirinhos realizam a extração no período chuvoso, quando os rios e igarapés estão cheios, o que lhes facilita o transporte.

### **4 – A INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA**

A área do Plano do Marajó apresenta uma enorme insuficiência e precariedade em termos de infraestrutura econômica, em todos os seus componentes: transportes, energia, telecomunicações e armazenagem.

O sistema de transportes limita-se ao marítimo e hidroviário. Praticamente inexistem rodovias na região, e as poucas vicinais existentes são intransitáveis na estação das chuvas. O transporte empregado, tanto para a

condução dos moradores, quanto para o escoamento da produção, é feito pelos rios. Na época da seca, o transporte é feito através de montarias (grandes cascos) puxadas a búfalo. As poucas estradas existentes em asfalto, margeiam a costa em cotas mais elevadas, chamadas de tesos, ligando os centros maiores. As demais são construídas em argila ou areia, para facilitar a manutenção, e interligam-se com as outras.

A ligação das cidades ribeirinhas se dá com Belém e Macapá, através de linhas regulares de passageiros e cargas. Existe um projeto de construção de hidrovia, com a abertura de um canal de 32 Km ligando os rios Anajás e Atuaú, o que permitiria uma via de transporte efetiva atendendo o interior da ilha e encurtaria em 150 Km a ligação entre Belém e Macapá (de 580 para 430 Km), reduzindo o tempo de viagem de 24 para 18 horas.

Quanto ao transporte aéreo, inexitem linhas aéreas regulares no Arquipélago, resumindo-se o atendimento à região aos vôos da FAB e às empresas de táxi aéreo.

A oferta de energia em toda a área do Plano é bastante precária, praticamente resumindo-se às sedes dos municípios. A geração de energia se dá em pequenas usinas térmicas movidas a diesel. Não obstante os avanços proporcionados pelo Programa “Luz para todos”, o quadro de atendimento dos domicílios na área do Plano é ainda precário, particularmente na área rural. Os dados referentes a quatorze (exceto Portel e Gurupá) dos dezesseis municípios da região aponta que dos 80,2 mil domicílios, apenas 46,5 mil (57,9%) possuem energia elétrica. Na área urbana, o suprimento cobre 93,0% dos domicílios. Já na área rural, a taxa de cobertura é de apenas 15,6%. O atendimento no campo não é homogêneo. Alguns municípios como Salvaterra e Santa Cruz do Arari têm elevado grau de cobertura, com 92,3% e 77,5% respectivamente. Outros têm graus intermediários, como Soure, Ponta de Pedras e Cachoeira do Arari, com 57,6%, 33,7% e 18,3%. Os demais apresentam cobertura nula ou inferior a 5%.

O atendimento na área de telecomunicações é insuficiente e de péssima qualidade. Da mesma forma, a estrutura de armazenamento, pública e privada, praticamente inexiste em toda a área do Plano.

## **5 – O CONTEXTO SOCIAL**

Analisando de forma breve os indicadores sociais, detecta-se a concentração da renda, elevada mortalidade infantil, desnutrição, malária e óbitos por doenças parasitárias. Acrescente-se a isso uma grande carência por obras de infra-estrutura para saneamento ambiental, tratamento mais abrangente dos serviços de saúde pública, necessidade de maior escolaridade, pouca presença do Estado nas opções culturais e péssimas condições de moradia.

O fornecimento de água para consumo da população é feito pelo próprio rio, sendo que uma proporção muito pequena faz algum tratamento dela. É necessário ressaltar que o rio serve, não apenas como fornecedor de água para as necessidade básicas (cozinhar, lavar roupas, banhos, etc.), mas também como depósito de dejetos fecais, o que gera conseqüências danosas à saúde da população

O combate às endemias é um desafio constante, dado o fato de que na época de inundação, a água é mantida represada no campo, propiciando a proliferação dos mosquitos e de todo um ciclo. Existe a época das rãs, dos grilos, das caturras (pequenos besouros), do cupim-de-asa, das baratas d’água, enfim seria necessário quebrar todo um

ciclo ecológico para que se pudesse controlar as endemias nas fazendas e vilas. Nos centros urbanos, tal combate é menos difícil.

O quadro da malária na região revela-se efetivamente grave nos municípios de Anajás e Portel, com a verificação de médio risco em Breves, Chaves, Curralinho e Ponte de Pedras. Deve-se destacar o grande empenho na intensificação das ações de vigilância em saúde nos seguintes municípios: Bagre, Cachoeira do Arari, Gurupá, Melgaço, Muaná, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure.

A zona de mata do Arquipélago do Marajó apresentava uma quantidade muito pequena de estabelecimentos escolares, os quais estão concentrados, principalmente, nas sedes dos municípios. A maioria das escolas existentes na zona rural, até a uma década atrás, tinha como nível máximo o terceiro ano do primeiro grau (antigo curso primário). Isso determina o baixo índice de instrução das populações locais.

O mapa do IPEA apontava a existência de 35.670 famílias abaixo da linha de pobreza na região (cerca de 40% do total de famílias). Em maio de 2006, 85% das famílias pobres (30.295) tinham acesso ao Programa do Governo Federal “Bolsa Família”, representando um repasse mensal de R\$ 2,25 milhões.

## **6 – AS AÇÕES EM ANDAMENTO**

A seguir são descritas as iniciativas que estão sendo executadas no Arquipélago do Marajó sob responsabilidade direta e indireta de órgãos do governo federal.

### **QUADRO 01: DISTRIBUIÇÃO DAS AÇÕES POR INSTITUIÇÃO.**

| <b>Instituição(SIGLA)</b> | <b>Programa</b>       | <b>Abrangência Territorial Local</b> |
|---------------------------|-----------------------|--------------------------------------|
| SPU/MDA                   | Programa Nossa Várzea | Soure.                               |

|                 |                                                                            |                                                                                                                                                                |
|-----------------|----------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| MDS             | Programas de Transferência de Renda                                        | Afuá, Anajás, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Melgaço, Muaná, P. de Pedras, Salvaterra, S. Sebastião da Boa Vista, Soure, Santa Cruz do Arari, |
| MPAS            | Programa de Assistência Social                                             | Alguns Municípios locais (não especificados)                                                                                                                   |
| EMBRAPA         | Recuperação de coqueirais                                                  | Ponta de Pedras                                                                                                                                                |
|                 | Banco de Germoplasma                                                       | Campo Experimental do Marajó (Salvaterra).                                                                                                                     |
| EMBRAPA         | Sistemas de Produção de Culturas Perenes.                                  | Campo Experimental do Marajó (Salvaterra)                                                                                                                      |
|                 | Sistemas de Produção de Culturas Alimentares para Agricultores Familiares. | Soure                                                                                                                                                          |
| EMBRAPA         | Curso Sobre Produção de Mudas                                              | Campo Experimental do Marajó (Salvaterra).                                                                                                                     |
| EMBRAPA         | Curso Sobre Técnicas de Sistema de Produção                                | Campo Experimental do Marajó (Salvaterra).                                                                                                                     |
| MMA-IBAMA       | Criação de Reservas Extrativistas                                          | Breves, Gurupá, Curralinho, São Sebastião da Boavista, Melgaço, Portela.                                                                                       |
| MMA             | Programa Agroextrativismo                                                  | Marajó                                                                                                                                                         |
| MMA             | Proambiente                                                                | Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari                                                                                                                          |
| MMA             | Proecotur                                                                  | Soure                                                                                                                                                          |
| SPU/INCRA-AGU   | Regularização Fundiária                                                    |                                                                                                                                                                |
| Governo do Pará | Programa Pará Rural                                                        |                                                                                                                                                                |
| Governo do Pará | Hidrovia do Marajó                                                         |                                                                                                                                                                |
| MT              | Ações do Ministério dos Transportes                                        |                                                                                                                                                                |
| MME             | Ações Ministério de Minas e Energia                                        |                                                                                                                                                                |

Fonte: Órgãos federais

## 7 – DIRETRIZES GERAIS

As diretrizes gerais aqui apresentadas foram inicialmente elaboradas pelo Grupo Executivo Interministerial (GEI) do Governo Federal, tendo recebido novas sugestões e sido aperfeiçoadas em reunião do GEI com prefeitos, representantes das prefeituras e lideranças comunitárias realizada em 09/11/2006 em Belém.

### 7.1 - ORDENAMENTO TERRITORIAL, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E GESTÃO AMBIENTAL

- Promover a regularização fundiária;
- Implantar e consolidar projetos de reforma agrária;
- Promover a criação e a implementação das unidades de conservação;
- Promover a defesa, o ordenamento e a exploração sustentável dos recursos pesqueiros;

- Promover a utilização adequada dos recursos hídricos(de superfície e subterrâneos) para abastecimento público, navegação e garantia do ecossistema aquático e a recuperação daqueles comprometidos por açoreamento (definindo a bacia hidrográfica como unidade de planejamento – Lei 9.473 de 01de janeiro de 1998-Lei de recursos hídricos);
- Promover a exploração dos recursos florestais, respeitados os preceitos da preservação, conservação e manejo controlado desses recursos;
- Promover a recuperação de áreas degradadas;
- Promover o reconhecimento dos direitos à regularização da terra das comunidades quilombolas.

## **7.2 – INFRA-ESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO**

- Efetivar ações no sentido de promover, ampliar e fortalecer a Infra-estrutura adequada ao desenvolvimento local;
- Promover a ampliação da oferta de energia, cumprindo os prazos previstos em lei, que prevê a universalização do acesso domiciliar ;
- Promover a ampliação da oferta de energia que dê suporte às necessidades do desenvolvimento industrial;
- Promover a ampliação, legalização, segurança e a modernização do sistema viário e de transportes;
- Promover estudos para implantação da malha rodoviária intermunicipal;
- Promover a ampliação e modernização de aeroportos e terminais portuários;
- Promover a modernização e ampliar o atendimento do sistema de comunicações (estações de rádio, telefonia fixa e móvel, infovias e inclusão digital);
- Promover o debate da questão da hidrovia do Marajó, buscando uma solução adequada e definitiva e solucionar a problemática do canal do Tartaruga e rio Mocoões;
- Promover a ampliação e modernização da capacidade de armazenamento da produção;
- Promover o acesso para o uso múltiplo da água.

## **7.3 – FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS**

- Reorganizar, fortalecer e criar novas frentes de expansão econômica no Arquipélago, assim como elevar a importância da economia local no contexto da economia do Estado do Pará, aproveitando-se da relativa proximidade do grande mercado consumidor representado pela Região Metropolitana de Belém, Macapá, Guiana Francesa e outros mercados;
- Apoiar a realização de estudos, destinados a identificar e estimular as cadeias produtivas do Arquipélago do Marajó observando-se os princípios da sustentabilidade;
- Fortalecer a segurança alimentar e a geração de trabalho e renda por meio do apoio ao agroextrativismo familiar e aos empreendimentos da economia solidária buscando-se a criação de mecanismos: diagnóstico, capacitação, infra-estrutura, institucionalização dos grupos, crédito, comercialização e assistência técnica;
- Fomentar o desenvolvimento da indústria, comércio e serviços no arquipélago;



- Incentivar a indústria leiteira, charquearia e de conservas de alimentos em geral;
- Promover a recuperação da atividade pecuária;
- Promover a industrialização do pescado, e demais produtos aquícolas e a construção de terminais pesqueiros;
- Promover a expansão da produção e difusão de produtos e serviços Marajoaras;
- Promover a difusão do manejo florestal comunitário e empresarial;
- Fortalecer a atividade do turismo e implementação do PROECOTUR e ampliação para outros municípios;
- Criar programas e linhas de crédito específicas para o desenvolvimento das atividades produtivas no Marajó.

#### **7.4 – INCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA**

- Ampliar o acesso das crianças, jovens e adultos à escola, com a implantação de escolas profissionalizantes, Casas Familiares Rurais e abertura de novos núcleos universitários no Marajó com formação orientada para as demandas locais (agrotécnicas, pesqueiras) respeitando a cultura Marajoara;
- Fortalecer a organização do sistema público de saúde;
- Promover a implantação, ampliação e modernização de sistema de saneamento ambiental (água, esgoto, drenagem, resíduos sólidos, controle de endemias e melhorias domiciliares) nos núcleos urbanos e comunidades rurais, visando a redução dos agravos à saúde pública do arquipélago, principalmente as endemias de malária e doenças de veiculação hídrica;
- Promover o fortalecimento do sistema de segurança pública e o controle das fronteiras nacionais;
- Promover o resgate da cultura do Marajó, fundamental para seu desenvolvimento enquanto sociedade, apoiando especialmente, ações de fortalecimento do Museu do Marajó e outras;
- Apoiar os mecanismos de participação e organização da comunidade, objetivando o fim de práticas de exploração humana (aviamento, trabalho infantil, exploração sexual de menores, tráfico de mulheres, etc.) e o fortalecimento da cidadania;
- Garantir a presença efetiva e autônoma de órgãos do Estado (Ministério Público, Judiciário, Defensoria e demais órgãos de fiscalização);
- Promover ação de cidadania para a documentação pessoal;
- Implementar os programas de habitação popular, federal e estadual no arquipélago do Marajó;
- Criar mecanismos que fortaleçam o controle social, na definição e execução das políticas e programas;
- Promover o reconhecimento dos direitos e o acesso às políticas públicas de povos e comunidades tradicionais;
- Garantir o acesso à Assistência e Previdência Social;
- Incentivar atividades do terceiro setor.

#### **7.5 - RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

- Promover a modernização da administração pública municipal do Arquipélago, por meio das instituições públicas federais e estaduais;
- Apoiar a criação de mecanismos institucionais para gestão regional, sub-regional e local;

- Promover a integração das ações entre os diversos níveis de governo.

## **8 – O CALENDÁRIO DO PLANO**

O calendário do Plano do Marajó estabelece as seguintes atividades:

**11 de Dezembro de 2006 em Soure - Reunião de preparação e mobilização das Consultas Públicas e apresentação de ações na região por parte de órgãos do Governo Federal**

**De 26 de Janeiro a 09 de Fevereiro de 2007 – Realização das Consultas Públicas em cinco regiões do Arquipélago, nas seguintes cidades, abrangendo os seguintes municípios (datas em cada cidade a ser definida com as prefeituras):**

- **Região Nordeste – Salvaterra** (municípios de Salvaterra, Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras, Santa Cruz do Arari e Soure)
- **Região Sudeste - São Sebastião da Boa Vista** (municípios de São Sebastião da Boa Vista, Muaná e Curralinho)
- **Região Sudoeste - Breves** (municípios de Breves, Bagre, Gurupá, Melgaço e Portel)
- **Região Noroeste – Chaves** (municípios de Chaves e Afuá)
- **Região Central - Anajás** (município de Anajás e comunidades isoladas do centro da ilha)

**31 de Março de 2007 – Prazo para a conclusão da versão final do Plano do Marajó.**